



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES E A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE LÍNGUA INGLESA NO ENEM

GISELA REIS DE GOIS

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Resumo

O presente estudo procurou investigar qual a importância da língua inglesa no ensino básico e superior, levando em consideração as ações do governo federal para a seleção de alunos para o ensino superior, Exame Nacional do Ensino Médio, e para a oferta de bolsas de estudo para alunos da graduação estudarem no exterior, provenientes de programas, tais como o Ciência Sem Fronteiras, *My English Online* e Inglês Sem Fronteiras. Por conseguinte, percebemos que há uma discrepância no modo de ensino e avaliação de língua estrangeira nos níveis básico e superior, o que implica em uma maior dificuldade do aluno do ensino superior conseguir usufruir da oportunidade de estudar fora do país, particularmente se comparado com um público que teve acesso a cursos privados de língua inglesa durante o ensino básico e adentrou a universidade já fluente em uma segunda língua. **Palavras-chave:** Inglês. Enem. Iniciativas Governamentais

Abstract

This study aimed to investigate the importance of English in basic and higher education, taking into account the actions of the federal government for the selection of students for higher education, Exame Nacional do Ensino Médio, and to offer scholarships for undergraduate students study abroad, Science without borders, from programs, such as My English Online and Inglês Sem Fronteiras. Therefore, we realize that there is a discrepancy in the teaching and assessment of foreign language in the basic and higher levels, which implies a greater higher education student's

difficulty getting advantage of the opportunity to study abroad, particularly compared with a public who had access to English-language private courses for primary school and entered the university already fluent in a second language. **Key-words:** English. Enem. Governmental Initiatives

INTRODUÇÃO Inúmeras iniciativas do governo brasileiro deram origem, com a implantação dos sistemas de avaliação educacional, ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo. Essa política de avaliação também abrange vários outros programas com objetivos específicos. Esses sistemas de avaliação educacional englobam todos os níveis da educação e também adquire informações que servem para orientar as políticas educacionais (CASTRO, 2009). Com o intuito de subsidiar ações de melhoria da qualidade, essas avaliações passaram a ter maior visibilidade e transparência a aspectos fundamentais no processo de aprendizagem. O Enem é uma prova que ocorre anualmente de caráter voluntário, foi implantado pelo MEC em 1998, que objetiva avaliar o desempenho individual do aluno ao ter concluído o ensino médio, visando trabalhar o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício pleno da cidadania, além de contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A prova, interdisciplinar e contextualizada, é formada por uma parte objetiva e por uma redação. A parte objetiva contém 63 questões de múltipla escolha, avalia numa escala de 0 a 100 pontos, gerando uma nota global que corresponde à soma dos pontos referentes às questões acertadas. Além disso, é atribuída uma pontuação, também na mesma escala de valores, a cada uma das cinco competências avaliadas. Na redação também há uma nota de 0 a 100 e uma média para cada uma das cinco competências investigadas. Desde o ano de 2009, o Enem passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas ofertadas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. A partir de 2010, o exame foi reformulado novamente e passou a ser aplicado em dois dias com 180 questões de múltipla escolha baseadas em habilidades e divididas em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias; pois ele se tornaria também em um exame de entrada em universidades federais (COSTA & SILVA, 2011). Foi a partir de 2010 que houve a inclusão da prova de língua estrangeira (inglês ou espanhol). De acordo com Blanco (2013), a inclusão da LE justamente no ano em que o exame passou a ser utilizado para selecionar estudantes para o ensino superior resultou em efeito positivo ao ensino da língua com a valorização e o reconhecimento como conhecimento necessário no ensino superior e no mercado de trabalho. Rauber (2012) afirma que a inclusão da prova de língua estrangeira no exame reformulado não foi justificada pelo MEC/Inep e que pode-se inferir, assim como Blanco, que esse fato se deu por

causa da possibilidade de ingresso no ensino superior público. Sardo e Bernardon afirmam o seguinte sobre o Enem de 2001:

Entretanto, a prova não apresenta referência ao conhecimento lingüístico de LE estudado no ensino médio, pois não dedica nenhuma questão específica de LI para surpresa das pesquisadores. Para um maior esclarecimento dessa questão, foi realizada uma consulta a respeito dessa situação à equipe técnica do MEC. A explicação apresentada para a inexistência de questões de LI, conforme depoimento de um integrante da equipe técnica do ENEM, retrata as dificuldades no ensino de LEs, tanto metodológicas, como de formação do professor em sala de aula, e também a situação da LI como disciplina opcional nas escolas, e, por esses motivos, não são submetidas à avaliação pelo MEC (2003, p. 47). Ao longo desse breve histórico referente ao Enem, percebe-se que houve mudança de foco nas provas de inglês, pelo fato de que as questões estão mais voltadas para o conhecimento de mundo do estudante, o diálogo entre culturas, já que algumas trazem informações a respeito de outras nações/países. Além disso, a prova possibilita o aluno a pensar/refletir sobre situações diversas, com o auxílio dos gêneros textuais presentes nas provas. Em virtude desses aspectos mencionados, o objetivo deste artigo é tratar das distinções no ensino e avaliação da língua inglesa nos níveis médio e superior, tendo como base para isso o Exame Nacional do Ensino Médio de Inglês e seu perfil como forma de avaliação e as ações nas universidades para a internacionalização, seja através do Ciência Sem Fronteiras e a necessidade de ser fluente na língua estrangeira para estudar em outras universidades, Inglês sem fronteira, Toefl (*Test of English as a Foreign Language*) e até o EPLE (Exame de Proficiência em Língua Estrangeira). A internacionalização da língua inglesa é uma temática muito discutida, principalmente, no ambiente educacional, em decorrência dos diversos questionamentos realizados sobre a importância do papel de uma segunda língua, neste caso, do inglês, na educação básica e também para a participação em programas oferecidos pelo Governo Federal. Na educação básica, o inglês é ensinado por uma perspectiva instrumentalista da língua, com predomínio das habilidades de leitura e escrita, pois são as habilidades mais requeridas na prova do Exame Nacional do Ensino Médio. Enquanto os Parâmetros Curriculares da Educação (1998) sugerem que o ensino de língua estrangeira (LE) seja baseado em habilidades linguísticas, com foco na leitura e escrita, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006)

evidenciam o ensino de língua estrangeira moderna (LEM) baseado nas habilidades de leitura, compreensão oral e prática de escrita contextualizadas e de acordo com as necessidades de cada comunidade escolar. Além disso, estas Orientações também enfatizam a relevância de dialogar com outras habilidades, tais como letramento crítico e digital, multiletramentos, dentre outros. Nas abordagens desses documentos oficiais da educação, é possível perceber que ambos dão lugar diferente ao objetivo do ensino de inglês nas escolas regulares. E apesar dos PCNs serem do ano de 1998, o ensino de inglês preconizados por eles permanece até o momento. Ou seja, existe uma grande lacuna entre o papel instrumental e o papel formador de determinada língua estrangeira. A LEM enquanto instrumento está relacionada em capacitar o aluno a ler e compreender o essencial, utilizando determinadas estratégias de leitura, com o intuito de desempenhar uma dada atividade. Já no papel de formadora, a LEM se refere na preparação do indivíduo para entender outras línguas e culturas, incluindo o ensino das habilidades orais, posto que nas universidades é exigida a fluência dos estudantes em determinada LEM. Aqui se percebe mais uma vez que o ensino de LEM no ensino fundamental e médio da educação básica difere do que é exigido nas instituições de ensino superior. Outra questão relevante é que muitos estudantes de graduação e de pós-graduação cogitam a possibilidade de se afastarem do país. Em virtude disso, o Governo Federal Brasileiro promoveu a criação do Ciência Sem Fronteiras (CSF), um programa de internacionalização, para estudantes universitários irem para outros países com a finalidade de expandir, consolidar e internacionalizar a ciência e tecnologia brasileira através do intercâmbio internacional (FINARDI & PORCINO, 2015; FONSECA, 2016). Em decorrência do nível baixo de proficiência em LEM da maioria dos estudantes, foi elaborado, em 2012, o programa Inglês Sem Fronteiras (ISF), como forma de auxiliar os alunos das universidades a desenvolverem tais habilidades necessárias na participação do CSF (FINARDI & PORCINO, 2015). Apesar do inglês está sendo ensinado por um viés instrumentalista na educação básica, tais programas demonstram a hegemonia da língua inglesa em detrimento de outras, pelo fato desta língua ser considerada como língua mundial/internacional. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também implementaram e estão em vigor até o

momento os cursos de inglês online para diversos alunos universitários, o *My English Online* (MEO), que faz parte do ISF. Este curso online, totalmente gratuito, é direcionado aos estudantes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras. Este curso é uma plataforma online de auto estudo, que visa aprimorar os conhecimentos sobre gramática e o desenvolvimento das habilidades de leitura e compreensão no idioma estudado. Além disso, o ISF também disponibiliza gratuitamente cursos presenciais aos discentes universitários, como forma de melhorar suas habilidades e possuir boa proficiência. Outra iniciativa foi à implantação de exames TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*) gratuitos disponíveis para os estudantes que almejam por uma certificação de alcance internacional. Este tipo de exame, exigido no meio acadêmico, objetiva avaliar o nível de proficiência do estudante que almeja ingressar em algum intercâmbio no exterior. Além disso, diversas Universidades Federais Brasileiras aderiram a este exame por conta da deficiência linguística observada nos alunos universitários. Este teste possui o objetivo de fazer um diagnóstico inicial do nível de proficiência da comunidade universitária, para planejamento das ações do Programa. A partir dele é que os alunos das Instituições Superiores conseguem vagas para os cursos presenciais de Inglês oferecidos; e, também, a utilização de seus resultados pode ser usada na participação em editais de ações vinculadas ao programa Ciência sem Fronteiras. Diante deste cenário, houve a criação dos Núcleos de Línguas (NuLis) nas universidades federais, com o intuito de oferecer presencialmente cursos de idiomas para aqueles que realizaram o TOEFL. Nas Instituições Federais de Ensino Superior, no caso da UFS (Universidade Federal de Sergipe), foi promovido o EPLE (Exame de Proficiência em Língua Estrangeira), com o intuito de ser usado nos processos de seleção dos cursos de pós-graduação e possui a validade de dois anos. Este exame avalia principalmente as habilidades de compreensão leitora. Outra questão interessante é que, apesar do EPLE oferecer exames em espanhol e francês, a maioria dos candidatos opta pela prova de língua inglesa, conforme dados disponíveis no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (FONSECA, 2016). **RESULTADOS E DISCUSSÃO** O Exame Nacional do Ensino Médio utiliza uma matriz com eixos cognitivos para todas as áreas de conhecimento e também as competências e habilidades para cada área. A avaliação de língua estrangeira faz parte da área de Linguagens, códigos e

suas tecnologias, que contém nove competências, para cada uma delas são definidas certas habilidades. A prova de língua estrangeira se refere apenas à Competência de área 2 que se propõe a avaliar o conhecimento e uso das língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais. Para essa competência, são estabelecidas quatro habilidades são elas: (H5) associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema; (H6) utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas; (H7) relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social; e, (H8) reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística (BRASIL, 2009). De 2010 a 2015, a prova de Inglês do Enem tem focado no uso de gêneros diversos com uso de textos verbais e não verbais que colaboram no entendimento geral. Isso implicou em um ensino básico voltado ao reconhecimento de gêneros textuais e ao uso da língua nesses diferentes contextos (tipos de estruturas e seus usos sociais), além da necessidade de associar o conhecimento acadêmico, nesse caso a própria língua inglesa, com conhecimento de mundo, como na prova de 2013, em que foram utilizados uma campanha da *United Nations Alliance of Civilization* sobre inclusão e diversidade, um texto informativo sobre mortes em uma prisão em Honduras, uma reportagem da *National Geographic News* sobre a produção de morfina no corpo humano, dentre outros temas (GOIS & SANTOS, 2015). Apesar da avaliação de língua estrangeira ter modificado de maneira positiva, no sentido de não se restringir apenas a aspectos gramaticais, há uma discrepância grande entre a forma como o aluno do ensino regular é ensinado e avaliado no Enem, que é atualmente o principal meio de acesso ao ensino superior e o que se espera desse mesmo aluno quando ele está no ensino superior. O ensino básico consegue de certo modo suprir a necessidade do aluno por habilidades instrumentais para entender os textos na prova de Inglês do Enem, principalmente porque a prova utiliza textos autênticos, mas questões em português. Enquanto que no ensino superior se espera que esse aluno consiga estudar em uma universidade no exterior através do domínio linguístico que tem da língua estrangeira adquirido ao longo de sua estadia na educação básica. Desse comparativo, podemos inferir que apesar da oportunidade de estudar no exterior ser interessante,

nem todos os universitários conseguirão participar dessa ação, pois a falta de fluência na língua é um empecilho. Portanto, o Governo Federal disponibiliza algumas ações para suprir essa necessidade, como o *My English Online* e o Inglês Sem Fronteiras, com o intuito de prepará-los para participar do Ciência Sem Fronteiras. Com estas medidas, o Governo Federal reconhece que, como o inglês possui um papel diferenciado se comparado com outras línguas estrangeiras, o mesmo não está sendo observado de modo satisfatório na educação regular e, com isso, o governo tenta preencher essa defasagem no ensino básico com a promoção desses programas no ensino superior. No que se refere ao TOEFL, ele apenas avalia certos níveis do aluno na língua inglesa e o desempenho dele na prova pode ou não permitir que ele possa estudar em uma universidade fora do país, pois essa avaliação pode ser utilizada como critério para seleção de um aluno. Levando em consideração o tempo que o aluno deve se dedicar as disciplinas de seu curso, mais a dedicação que deve ter para se tornar fluente na língua, para então poder estudar em uma universidade no exterior, parece uma tarefa muito árdua em tão pouco tempo. Se pensarmos nos fatores que influenciam a aprendizagem de uma língua estrangeira como: nível atual do aluno quando inicia o estudo, carga horária semanal dedicada às aulas, estudo extraclasse, ritmo de aprendizagem de cada aluno, a metodologia utilizada e a quantidade de alunos por turma, dentre outros aspectos, observamos que a carga horária semanal aprendendo Inglês será baixa, pois o aluno terá que conciliar com o tempo de estudo as suas disciplinas da graduação. Então, é necessário cerca de 1000 horas para que um curso de idiomas torne o aluno fluente, uma vez que de acordo com o que a *Common European Framework of Reference* estipula, são necessárias em torno de 400 horas de dedicação para alcançar o nível intermediário, em que o aluno consegue se engajar em discussões, mas de maneira limitada. Se pensarmos que o ensino básico oferece o Inglês do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, contabilizando oito anos, porque não propor mais iniciativas para o fomento do ensino de língua estrangeira nas escolas. As avaliações propostas pelo governo federal no sentido de avaliar o ensino básico, como o Enem, acabam proporcionando uma mudança no modo de ensinar. É preciso discutir sobre a possibilidade de outras mudanças na prova de inglês do Enem e quais implicações isso traria para as escolas de ensino básico e os

cursos superiores, por exemplo, talvez ela possa ser totalmente em inglês ao invés de ser formulada de maneira similar a uma prova de Inglês instrumental como o EPLE oferecido pela Universidade Federal de Sergipe. É necessário problematizar que tipo de ensino de línguas realmente é necessário nas escolas. Especialmente quando a nação pleiteia e sedia eventos internacionais, como a Copa e as Olimpíadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Ao longo das questões discutidas neste estudo, tentamos, a partir de um breve percurso histórico do Enem, trazer algumas reflexões acerca de como esta prova tem sido aplicada ao final da educação básica e quais implicações podem ocorrer quando o estudante almeja participar de intercâmbios internacionais. Diante deste contexto, como tentativa de serem utilizadas como paliativos, o Governo Federal promoveu diversas ações (Ciência Sem Fronteiras, dentre outros, informados no decorrer deste artigo), com o propósito de assegurar a participação desse público alvo nos programas de intercâmbio. No entanto, percebemos também que essas ações não conseguem resolver, de fato, a defasagem existente do que é ensinado na educação regular e o que exigido nos cursos de graduação das Universidades Federais no tocante ao ensino de língua estrangeira. Torna-se evidente que, além de outras discussões relevantes, apesar dos documentos oficiais da educação possuírem objetivos distintos, a língua inglesa ainda é ensinada por uma abordagem instrumental, com foco nas habilidades de compreensão escrita e leitora e essa mesma abordagem também é exigida na prova do Enem. Ou seja, é questionável exigir do alunado determinado perfil no ensino superior, com o objetivo de participação em ações promovidas pelo Governo, se este mesmo perfil não é exigido desde o início da educação básica. E como consequência, uma grande parte dos estudantes que não possuem fluência em determinada língua estrangeira, ao tentarem participar do programa Ciência Sem Fronteiras, não conseguem se habilitar a tempo de ser contemplado por algum intercâmbio de seu interesse. Assim, essa situação acaba beneficiando aqueles que tiveram condições financeiras de estudar anteriormente em cursos particulares de idiomas, tornando a questão uma diferença de classe.

REFERÊNCIAS BLANCO, Juliana. **A avaliação de língua inglesa no Enem: efeitos de seu impacto social no contexto escolar**. Dissertação de mestrado em Linguística. São Carlos, 2013, 132f.

Disponível em:

< http://

www.

bdttd.ufscar.br

/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php

?

codArquivo=6211>.

Acesso em: 22 mai. 2016. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Exame Nacional de Ensino Médio**. Brasília: 2009.

Disponível em:

< http://

download.inep.gov.br

/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf

>. Acesso em 20 mai. 2016. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa e língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares do Ensino Médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: SEB, 2006. CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil**: avanços e novos desafios. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

Disponível em:

<http://

produtos.seade.gov.br

/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf

>. Acesso em 29 mai. 2016. COMMON EUROPEAN FRAMEWORK OF REFERENCE.

Disponível em:

<http://

www.

coe.int/t/dg4/linguistic/source/framework_en.pdf

>. Acesso em 25 mai. 2016. COSTA, Demétrio A. Sena; SILVA, Dayse Carvalho da Silva Penha Souza. **A percepção dos alunos do Ensino Médio sobre a interdisciplinaridade e a contextualização nas questões do ENEM**. VIII Encontro Nacional de Pesquisa. Universidade

Estadual de Campinas, 2011.

Disponível em:

< http://

www.

nutes.ufrj.br

/abrapec/viiienpec/resumos/R1344-1.pdf

>.

Acesso em: 29 mai. 2016. FINARDI, Kyria Rebeca; PORCINO, Maria

Carolina. **O papel do inglês na formação**

e na internacionalização da educação no Brasil. Horizontes de Linguística Aplicada, ano 14, n. 1, 2015.

Disponível em:

<http://

periodicos.unb.br

/index.php

/horizontesla/article/viewFile/11827/11977>. Acesso em 18 mai. 2016.

FONSECA, Ana Lúcia Simões Borges. **Inglês:** A língua da internacionalização. Interfaces Científicas – Educação, Aracaju, V.4, n.2, p. 23 - 32, Fev. 2016.

Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br

/index.php

/educacao/article/viewFile/3023/1634>. Acesso em 18 mai. 2016. GOIS,

Gisela Reis de; SANTOS, Maria José dos. **Reflexões acerca da avaliação da língua inglesa no exame nacional do ensino médio (Enem).**

Disponível em:

< http://

educonse.com

.br

/ixcoloquio/publicacao_eixos.asp

>. Acesso em 23 mai. 2016. MY ENGLISH ONLINE, Curso de inglês online.

Disponível em:

<http://

www.

myenglishonline.com

.br

/>. Acesso em 19 mai. 2016. RAUBER, Bárbara Battistelli. **Avaliação em**

língua estrangeira (INGLÊS) no acesso ao ensino superior: o Enem em discussão. Dissertação de mestrado em Linguística. São Carlos, 2012, 108f.

Disponível em:

< <http://>

[www.](http://www.bddtd.ufscar.br)

[bddtd.ufscar.br](http://www.bddtd.ufscar.br)

[/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php](http://www.bddtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php)

?

[codArquivo=5038](http://www.bddtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5038) >.

Acesso em: 22 mai. 2016. SARDO, Cláudia Estima; BERNARDON, Maura. Avaliação em língua inglesa no sistema de ensino brasileiro. **Revista Expectativa**, 2003.

Disponível em:

<e-revista.unioeste.br

[/index.php](http://e-revista.unioeste.br/index.php)

[/expectativa/article/download/528/439](http://e-revista.unioeste.br/expectativa/article/download/528/439)>.

Acesso em: 13 mai. 2016.

*Mestre em Letras PPGL/ UFS, vinculada ao Centro Multidisciplinar de Estudos sobre o Épico (CIMEEP), email: gisela-reis@hotmail.com

** Mestranda em Letras PPGL/ UFS, email: mariajose_2230@yahoo.com.br

Recebido em: 31/05/2016

Aprovado em: 03/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: